

Políticos discutem como o DF deve conseguir sua autonomia

JORNAL DE BRASÍLIA

27 SET 1995

discussão

A representação política do DF, mais que importante, é necessária, pois a cidade anseia por decidir sobre os destinos do País. Essa participação já está garantida pela recente emenda à Constituição que definiu em 8 deputados e 3 senadores os parlamentares do DF no Congresso. A divergência surge, no entanto, quando se coloca a questão da existência ou não de uma Assembleia Legislativa e de uma Câmara de Vereadores.

Com o objetivo de dar à comunidade a possibilidade de debater a forma mais adequada de sua representação, o Diretório Regional do PMDB do Plano Piloto se reuniu na última quinta-feira na Associação Comercial do DF, para discutir a autonomia de a representação política para o Distrito Federal. Compareceram ao debate o deputado João Gilberto, relator do projeto que concede autonomia para Brasília; o senador Mauro Borges, autor da emenda, já aprovada e

aguardando sanção presidencial, que legaliza os partidos políticos no DF e o advogado Sigmaringa Seixas.

Para o deputado João Gilberto, é indiscutível que Brasília necessita de uma representação legítima. O deputado alerta, porém, para sua condição de distrito neutro e que qualquer mudança nessa estrutura deve ser bastante analisada. «Não acredito que um Estado admita que outro seja dono da capital federal. Isso fere frontalmente o princípio da igualdade entre os membros da Federação. Precisamos encontrar uma representação para Brasília que não se choque com esse princípio».

Já o senador Mauro Borges enfatizou a característica essencial de Brasília, enquanto cidade criada para ser a capital do País. «Brasília é uma cidade nacional». O senador reconhece, no entanto, a legítima aspiração da população brasiliense de gerir sua própria cidade. Para tanto, destacou o diálogo franco e

organizado como o caminho mais democrático para qualquer decisão. Quanto à possibilidade dessa representação vir a se efetivar antes da Constituinte, frisou: «Acho que a Constituinte será o lugar mais correto para essa discussão».

Segundo Aristóteles Gusmão, presidente do PMDB do Plano Piloto, dentro do próprio partido existem várias correntes de pensamento sobre a questão. Aristóteles disse ainda que a Comissão Nacional Interpartidária da Constituinte, presidida pelo deputado Alencar Furtado, organizará comissões regionais com o caráter de ampliar a discussão sobre a Constituinte. «Essa será sem dúvida o espaço correto para que os representantes dos mais variados segmentos sociais coloquem sua opinião. Desta forma, na Constituinte, Brasília terá a oportunidade de ser contemplada com uma representação política legítima, digna de sua importância no cenário nacional».